



Educação: Políticas, Estrutura e Organização

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-297-5

DOI 10.22533/at.ed.975192904

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte I” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: A INTERFACE SAÚDE/EDUCAÇÃO	
Yuri Bruniera Padula Maria Lucia Boarini	
DOI 10.22533/at.ed.9751929041	
CAPÍTULO 2	6
TÓPICOS CULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA	
Alexsandro Luiz Rodrigues Dennis Álex Araújo Joana Paula Costa Cardoso e Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.9751929042	
CAPÍTULO 3	15
A ABORDAGEM DOS JOGOS MATEMÁTICOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE PIAGET	
Géssica Bruna Bahia de Souza Claudiene dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9751929043	
CAPÍTULO 4	26
A AÇÃO DA SUPERVISÃO ESCOLAR E DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR	
Alan José Batista Simões	
DOI 10.22533/at.ed.9751929044	
CAPÍTULO 5	34
A APROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: ELEMENTOS PARA PENSAR A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	
Eliéte Zanelato Elisandra Santos da Silva Luzia Aparecida dos Santos Sônia da Cunha Urt	
DOI 10.22533/at.ed.9751929045	
CAPÍTULO 6	45
A ATUAL CONDIÇÃO DE ESCASSEZ DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO SEMIÁRIDO DA PARAÍBA E A NECESSIDADE DE AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO SOCIO-EDUCATIVAS-AMBIENTAIS	
Andrezza de Araújo Silva Gallindo João Utemberg Lucas Bezerra Lays Costa Araujo Karine Oliveira da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9751929046	

CAPÍTULO 7	54
A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA SEMIPRESENCIAL DA UNESP: FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	
Dayra Émile Guedes Martínez José Luís Bizelli	
DOI 10.22533/at.ed.9751929047	
CAPÍTULO 8	65
A BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL: AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA APRENDIZAGEM MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Maria Eliéte Lacerda Lucchesi Isabel Cristina Rossi Mattos Edgar Caldeira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9751929048	
CAPÍTULO 9	75
POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA “ESTOU PRESENTE, PROFESSOR” PARA A ERRADICAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA – PE	
Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Ana Lúcia de Melo Santos Katia Tatiana Moraes de Oliveira Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.9751929049	
CAPÍTULO 10	86
A CONDIÇÃO DO PROFESSOR SURDO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
Delci da Conceição Filho	
DOI 10.22533/at.ed.97519290410	
CAPÍTULO 11	93
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA EM RELAÇÃO À SEXUALIDADE	
Maria Fernanda Sanchez Maturana Miriam Sinhorelli Vagner Sérgio Custódio Isadora de Oliveira Pinto Barciela Aline Sinhorelli Sakamoto Vanessa Camilo Sossai Keila Isabel Botan Rodrigo Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97519290411	
CAPÍTULO 12	96
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA UMA METODOLOGIA PARA SE ENSINAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA	
Paulo Roberto do Nascimento Alves Joel Vicente Fernandes	

Waldeci Ferreira Chagas

DOI 10.22533/at.ed.97519290412

CAPÍTULO 13 103

A CONTINUIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA: O SUPERVISOR ESCOLAR COMO ARTICULADOR DO PROCESSO PEDAGÓGICO

Adriana Antero Leite

Cristiane Patrícia Barros Almada

DOI 10.22533/at.ed.97519290413

CAPÍTULO 14 115

A DESCONSTRUÇÃO DE PARADIGMAS COMO MÉTODO DE COMBATE À ANSIEDADE MATEMÁTICA

Esdras Henrique de Souza e Silva

Allyne Evellyn Freitas Gomes

DOI 10.22533/at.ed.97519290414

CAPÍTULO 15 125

A DIDÁTICA DO PROFESSOR NO BRASIL FRONTEIRA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS VENEZUELANOS

Selma Maria Cunha Portela

Claudina Miranda e Silva

Janaene Leandro de Sousa

Gleidiane Brito de Araújo Rocha

DOI 10.22533/at.ed.97519290415

CAPÍTULO 16 134

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A) DA UFPE

Katiane Cibebe de Souza

Rebeca Bandeira dos Santos

Dayse Moura Cabral

DOI 10.22533/at.ed.97519290416

CAPÍTULO 17 145

A DISLEXIA NA CONCEPÇÃO DE ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPB

Andrêsa Fernanda Gomes Pereira

Ismaelly Batista dos Santos Silva

Izabela Medeiros de Brito

Maria Aparecida da Silva

Geovaní Soares de Assis

DOI 10.22533/at.ed.97519290417

CAPÍTULO 18 155

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ESTADO DE MINAS GERAIS: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS

Carla Carneiro Costa Maciel de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.97519290418

CAPÍTULO 19	163
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECUO NA HISTÓRIA	
<p>Maria Aparecida dos Santos Ferreira Marla Sarmento de Oliveira Paulo Henrique de Mendonça</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290419	
CAPÍTULO 20	177
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: PRÁTICAS INSTITUÍDAS E SUAS IMPLICAÇÕES	
<p>Alexandre Souza de Oliveira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290420	
CAPÍTULO 21	190
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS ANOS 1990: ENTRE EXPECTATIVAS E INOVAÇÕES	
<p>Cláudia Cristina da Silva Fontineles Marcelo de Sousa Neto</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290421	
CAPÍTULO 22	215
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
<p>José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290422	
CAPÍTULO 23	227
A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO CONTEXTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (2015 – 2025)	
<p>Karla Nascimento de Almeida Daniel Rômulo de Carvalho Rocha Maria Celeste Reis Fernandes de Souza</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290423	
CAPÍTULO 24	239
A ESCOLA PÚBLICA NA SOCIEDADE CAPITALISTA: A ESCOLARIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL	
<p>Gislei José Scapin Maristela da Silva Souza</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290424	
CAPÍTULO 25	255
A EXPERIÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL DENTRO DE RESTAURANTES EM CURITIBA	
<p>Katsuk Suemitsu Ofuchi Maria Lúcia Leite Ribeiro Okimoto</p>	
DOI 10.22533/at.ed.97519290425	

CAPÍTULO 26 265

A EXPERIÊNCIA QUE MARCA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DAS IMPRESSÕES FRENTE A COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Naedja Maria Assis Lucena Morais
Sílvio César Lopes da Silva
Cássia de Sousa Silva Nunes

DOI 10.22533/at.ed.97519290426

CAPÍTULO 27 273

A EXPERIMENTAÇÃO COMO RECURSO FACILITADOR DO MÉTODO DE APRENDIZAGEM BASEADO EM PROBLEMAS PARA A DISCIPLINA DE QUÍMICA ANALÍTICA NO ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE-FPS

Emília Mendes da Silva Santos
Ivana Glaucia Barroso da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.97519290427

CAPÍTULO 28 278

A FÍSICA E A MÚSICA: APRENDENDO CONCEITOS DE ACÚSTICA POR MEIO DE *PODCAST*

Rayane de Tasso Moreira Ribeiro
Francisco Bruno Silva Lobo
Lydia Dayanne Maia Pantoja
Germana Costa Paixão

DOI 10.22533/at.ed.97519290428

CAPÍTULO 29 287

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO DE HISTÓRIA NAS OBRAS DE MIGUEL MILANO (1938-1948)

Lyzandra Santos da Silva
Andréa Giordanna Araujo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.97519290429

CAPÍTULO 30 295

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Milena Mendonça da Silva
Rayanne de França Fasseluan
Célia Regina Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.97519290430

CAPÍTULO 31 301

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR QUE ATUA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CIDADE DE MACAU/RN

Raniele de Oliveira Silva
Isabelle Cristina Ricardo Pires
Paulo César Pereira Ramos
Maria Aparecida dos Santos Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.97519290431

CAPÍTULO 32	309
A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE REGULAR DE ENSINO	
Ana Paula Leite da Silva Tanaka	
DOI 10.22533/at.ed.97519290432	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	316

A CONTINUIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA: O SUPERVISOR ESCOLAR COMO ARTICULADOR DO PROCESSO PEDAGÓGICO

Adriana Antero Leite

Mestre em educação - Universidade da Madeira,
adrianaantero33@gmail.com

Cristiane Patrícia Barros Almada

Doutoranda em educação - Universidade de
Lisboa, cpbalmada@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho pretende investigar a relação entre a *continuidade da ação educativa* e o *papel do supervisor escolar como articulador do processo pedagógico*. A fim de construir essa relação, foi necessário percorrer caminho histórico iniciado pela educação escolar e sua função social. Em seguida, buscou-se compreender a supervisão, no sentido etimológico e nas denominações e ações adquiridas por esse profissional ao longo da história da educação no Brasil, desde o caráter controlador do prefeito de estudos do *Ratio Studiorum*, do inspetor da Reforma Francisco Campos ao especialista do regime ditatorial da Lei nº 5692/71, chegando-se ao pedagogo da atual LDB. A investigação transcorreu com referencial bibliográfico que toma o supervisor escolar como corresponsável pelo processo pedagógico da escola. Foram investigados vários autores, dentre eles, Meszáros e Ghirdelli, nas categorias de História da Educação e Função Social, Alarcão, Ferreira, Rangel na categoria de supervisão e Saviani na

categoria da continuidade da ação educativa. As atribuições observadas, desde o apoio e assessoramento ao professor, no planejamento, o acompanhamento do ensino/aprendizagem e avaliação dos resultados, retratam a importância da continuidade das ações em educação. O supervisor escolar foi aqui visto como articulador e parte do coletivo do trabalho docente, apoiador da formação do professor, elemento fundamental para estabelecer a relação entre ensino e aprendizagem. Defende-se então a presença do supervisor escolar dentro das escolas articulando planejamento, acompanhamento e avaliação na perspectiva de garantir a continuidade à ação educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Supervisor escolar; continuidade da ação educativa; processo de ensino/aprendizagem

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido pela pesquisa bibliográfica e documental, sobre o papel do supervisor escolar ao longo de sua trajetória histórica, ressaltando a importância do profissional da educação, na articulação do planejamento, acompanhamento e avaliação, elementos fundamentais para a continuidade da ação educativa.

Revisitou-se a história da educação com o

objetivo de encontrar a ação supervisora, fato constatado desde a educação jesuítica, na figura do prefeito geral de estudos, passando pelo inspetor da Reforma Francisco Campos, em 1931, o supervisor, técnico e especialista da Lei nº 5692/71, habilitado conforme parecer dos cursos de Pedagogia nº. 252/69, e o pedagogo com experiência no exercício do magistério, como admite a LDB 9.394/96.

As teorias da evolução da supervisão escolar e da existência contraditória desse profissional induzem ao aprofundamento, de forma teórica e real, da verdadeira importância do serviço de supervisão, em relação ao aproveitamento escolar e à aprendizagem efetiva do aluno, pelo agir do supervisor diretamente voltado ao trabalho docente de planejamento, acompanhamento e avaliação.

Visando responder à problemática: Qual o papel do supervisor escolar frente à continuidade da ação educativa? Este trabalho objetiva investigar a evolução da Supervisão Escolar no Brasil; verificar as atribuições dos profissionais da ação supervisora que contribuem com a melhoria do processo ensino/aprendizagem; investigar a real importância do supervisor escolar como profissional capaz de garantir a continuidade do processo educativo; enfatizar suas atribuições como articulador de todas as atividades que tenham influência no processo de ensino/aprendizagem.

2 | HISTÓRICO DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO BRASIL

A organização das atividades escolares, no Brasil, tem início com a chegada dos padres jesuítas, com o Plano Geral, *Ratio Studiorum*, já com a ideia de supervisão. Segundo Saviani (1999), o *Ratio* prevê a função denominada “prefeito geral de estudos” que funciona como auxiliar do reitor e a quem professores e alunos devem obediência.

Explicita-se, pois, no *Ratio Studiorum* a idéia de supervisão educacional. Ou seja, a função supervisora é destacada (abstraída) das demais funções educativas e representava na mente com uma tarefa específica para a qual, em conseqüência, é destinado um agente, também específico, distinto do reitor e dos professores, denominado prefeito dos estudos. (*Sic*). (SAVIANI, 1999, p. 21)

Com as Reformas Pombalinas, a expulsão dos padres jesuítas do Brasil e a extinção do Plano Geral de ensino, o trabalho educativo é desarticulado.

A educação brasileira tem impulso com a vinda da família Real Portuguesa em 1808, que estimula a educação superior deixando a educação popular sem alterações significativas no contexto geral. Instituem-se os cargos de diretor geral e a designação de comissários encarregados de levantamento das escolas. “O comissário exercia também a função de diretor geral de estudos. Neste sentido, a ideia de supervisão englobava também aspectos político- administrativos” (SAVIANI, 1999, p.22).

Após a Independência do Brasil, a escola organiza-se com o “Método de ensino Mútuo”, com carteiras escolares em círculos. Cada grupo tem um monitor e recebe instruções diretamente do professor que passa de círculo em círculo. No ensino mútuo,

o professor exerce a função de professor e também de supervisor. Em 1834, em relatório, o ministro do Império, Chichorro da Gama, defende a necessidade da criação de Inspetor de Estudos afirmando que as escolas de ensino mútuo não correspondem às expectativas. Ainda no século XIX, a ideia de supervisão é considerada “remédio” necessário à situação deplorável das escolas.

Devido ao avanço da indústria, aumentam o número de trabalhadores. O sistema produtivo da grande indústria volta-se para a produção em massa de mercadorias. O binômio taylorista/fordista, que perdura por todo o século XX, especialmente após a segunda década, é necessário para racionalizar o trabalho dos operários, combatendo o desperdício, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo. Surge a necessidade da fiscalização destes em prol da garantia de qualidade da produção, otimização do tempo e da disciplina. Emerge a figura do supervisor, operário com maior dimensão intelectual e a separação nítida entre elaboração e execução.

O modo taylorista de produção expande-se a outros setores da sociedade atingindo a educação, fragmentando o trabalho na escola e dando origem aos chamados especialistas.

A figura do supervisor nasce em meio a comparações com o setor fabril onde um grupo elabora e os demais executam. Deste modo, surge, pela primeira vez no Brasil, em 18/04/1931 a Reforma Francisco Campos, Decreto Lei nº. 19890, que entre outras medidas, estabelece normas de inspeção federal, cria a carreira do inspetor e organiza a estrutura do sistema de inspeção de escolas. De acordo com o Artigo 56:

Incube ao inspetor inteirar-se por meio de visitas frequentes, da marcha do trabalho de sua seção, devendo para isso, por série e por disciplina:

- a) Assistir a lições de exposições e demonstração pelo menos uma vez por mês;
 - b) Assistir igualmente, pelo menos uma vez por mês a aulas de exercícios escolares ou de trabalhos práticos dos alunos, cabendo-lhe designar quais destes devam ser argüidos e apreciar o critério de atribuição de notas;
 - c) Acompanhar a realização das provas parciais, que só poderão ser realizadas sob sua imediata fiscalização, cabendo-lhe ainda aprovar ou modificar as questões a serem propostas;
 - d) Assistir às provas finais, sendo-lhe facultado argüir e atribuir nota ao examinado.
- Parágrafo único. Dos trabalhos a que se refere este artigo, bem como do julgamento das provas parciais mencionadas no artigo 36 deverão ser feitos registros em livros adequados, de acordo com o estabelecido no regimento interno do Departamento Nacional de Ensino. (Sic). (CAVAGNARI,2006,p.6)

Há grande preocupação com a verificação e o controle do trabalho escolar, em termos pedagógico e administrativo, porém essencialmente fiscalizador. A supervisão é “identificada com as funções de inspeção, com atribuições de fiscalização e padronização das rotinas escolares às normas oficiais emanadas das autoridades centrais”. (CARDOSO, 2006, p.88).

No início da década de 60, o país passa por profundas mudanças na ordem política e social e a educação é tratada com profundo interesse econômico e é assunto de segurança nacional. Na visão de Lima (2005, p. 69),

(...) a supervisão escolar passou a exercer, nos diversos sistemas educacionais das unidades federadas, a função de controlar a qualidade do ensino, bem como a de criar condições que promovessem sua real melhoria, ao mesmo tempo em que se exigia do supervisor uma formação em nível superior.

Com o Parecer nº. 252/69, que organiza os Cursos de Pedagogia e rege a formação dos “especialistas”, surge o supervisor que pela teoria da supervisão, segundo Saviani (1999), nada mais é do que arranjo de conceitos que integram as áreas básicas como Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, História da Educação ou Didática.

Considerando que a função do especialista é exercida por indivíduo de maior qualificação, um grupo pensa e os demais executam o trabalho, o supervisor continua visto como elemento fiscalizador.

Segundo Saviani (1999), a partir da Lei, nº. 5.692/71, a organização escolar enfatiza a importância dos especialistas, colocando-os na condição de programadores e supervisores do corpo docente, colocado na posição de executor. Surge assim uma nova visão de supervisão escolar que objetiva dar orientação pedagógica aos mais jovens, orientação, fiscalização, controle. Com a supervisão, firma-se a divisão do trabalho escolar. Nesse período o país vive sob a Ditadura Militar, momento autoritário e controlador.

Deste modo, pretende-se a eficiência da tarefa educativa pelo controle do trabalho docente e a função do supervisor escolar solidifica-se com o estigma da fiscalização, imposição e controle, a fim de garantir o papel da escola como “reprodutora da sociedade de classes e reforçadora do modo de produção capitalista” (SAVIANI, 1995, p.27). A supervisão escolar torna-se função atrelada aos interesses e decisões impostas pelo poder, indiferente às necessidades da comunidade escolar.

Somente com o Parecer nº 05/2005 do Conselho Nacional de Educação e a Resolução nº. 01/2006 com que ficam instituídas as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia é que são extintas as Habilitações Profissionais dos Cursos de Pedagogia. Porém, o artigo 14 admite que os pedagogos formados pelos Cursos de Pedagogia, conforme as novas Diretrizes, possam atuar como administradores, supervisores e orientadores.

Com o avanço tecnológico, o mercado de trabalho faz novas exigências no tocante ao perfil profissional. Como instituição social, a escola tem o papel explícito de responsável pelo processo educativo, a Lei de Diretrizes e Bases, nº. 9394/96, surge então com novas propostas. Traz com clareza que “A educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. (Art.1º §2º) E os princípios e fins estabelecidos em lei devem ser respeitados. No seu artigo 64, a Lei confirma a formação dos profissionais da educação para administração, inspeção, planejamento, supervisão e orientação educacional para a educação básica, em curso superior de Pedagogia ou em nível de pós-graduação. Mais adiante, no art. 67, a Lei coloca a experiência

docente como pré-requisito a quaisquer outras funções de magistério.

Emerge, portanto, novo perfil de profissional de supervisão pedagógica, responsável pelo “controle necessário” do trabalho educacional, capaz de fazer da supervisão uma prática de constante debate e avaliação em torno da concretização de projeto educacional que atenda as necessidades da comunidade.

O supervisor escolar é o especialista em torno do qual se concentra o foco principal da polêmica sobre a especialização em educação. Embora as propostas e os modelos existentes relutem quase sempre em admitir, a supervisão da educação caracteriza-se basicamente como uma tentativa de exercer alguma espécie de controle sobre as diferentes instâncias e circunstâncias em que o processo educacional se desenvolve. Ligando-se a questão do controle, a supervisão da educação liga-se, conseqüentemente, ao centro nervoso da sociedade capitalista. A se acreditar, como muitos analistas acreditam que a educação se encarrega precipuamente da reprodução dessa sociedade, a supervisão, que se propõe a controlá-la, constituir-se-ia na suprema vilã, artífice principal dos males sociais que nos afligem. (SILVA JUNIOR, 1984, p.21)

Concebida com um caráter de controle e vigilância, a ação supervisora, é vista como uma atividade de pura inspeção e controle. Porém, ao longo dos anos, sofre transformações, assim como a própria sociedade. Deste modo, seu conceito e atribuições necessitam adequar-se às reais necessidades humanas, e a supervisão escolar evolui e se constitui como ação a serviço da sociedade.

3 | EM BUSCA DE UM CONCEITO E ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL DA SUPERVISÃO

Na Língua Portuguesa, a palavra “visão” significa o ato de ver. Com o prefixo latino “super”, que quer dizer posição superior, excesso, a palavra supervisão significa “ver com mais clareza”. Segundo dicionários, supervisão refere-se a dirigir, orientar, inspecionar. Pela etimologia da palavra, supervisor é aquele que revisa, que vê, atividade que se consolida com o advento da indústria e a necessidade de fiscalização da qualidade da produção e otimização do tempo.

Conforme Alarcão (2010, p. 11), a influência taylorista que prima pela eficiência e eficácia, sugere ser o supervisor considerado “o instrumento de execução das políticas centralmente decididas e, simultaneamente, o verificador de que essas mesmas políticas são efetivamente seguidas”. Porém, com o movimento de capacitação do professor, valorização e autonomia da escola, a autora considera o supervisor parte do coletivo de professores e a trabalhar em coletivo com o grupo.

Segundo Silva (2006, p. 25), a formação do supervisor está baseada em vasta bibliografia americana¹ que enfatiza o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem deixando de lado a visão de inspeção e fiscalização. No entanto, esse

1. Sergiovanni, Burton, Griffiths, Pfeiffer, Hicks, Goldenheimer e Wiles.

modelo nasce nos Estados Unidos, em contexto diferente do nosso.

Na opinião de Villas Boas (2006, p. 63), “[...] a Supervisão em Educação se apresenta como um instrumento vital de controle de qualidade do produto no que este conceito tem de mais nobre”.

De acordo com Souza, citado por Lima (2005), a supervisão é fruto da necessidade de melhor adestramento de técnicas para a indústria e o comércio, estendendo-se, posteriormente, aos demais campos: militar, esportivo, político, educacional e outros, com o objetivo de alcançar um bom resultado do trabalho em realização.

A LDB nº 9394/96, reconhece o supervisor como profissional docente extraclasse, com formação de curso de Graduação em Pedagogia, assim como legitima também a orientação, administração, planejamento e inspeção. Precisamente no art. 64 a Lei estabelece a formação de profissionais de educação para atividades extraclasse. Pela Lei, são considerados profissionais do magistério, porém os fora do exercício da docência, estão extraclasse e atuam em outros setores da escola.

O supervisor escolar tem a atuação voltada para a qualidade da educação cujo resultado se manifesta no processo de ensino-aprendizagem do aluno. O papel do profissional visa assessorar, coordenar, planejar, de modo que seja eficiente e eficaz o papel da escola na comunidade.

Pela análise das atribuições dos especialistas da educação, ao supervisor escolar, conforme Rangel (2005, p. 63), concernem às seguintes ações:

*acompanhar a atualização pedagógica e normativa, com especial atenção, em ambos os casos, aos fundamentos; *propiciar oportunidades de estudo e interlocução dos professores, em atividades coletivas, que reúnam professores que desenvolvem o mesmo conteúdo nas diversas séries e níveis escolares; oportunidades periódicas de reavaliação de currículo e programas; oportunidades de estudo e decisões coletivas sobre o material didático.

Considerando que a gestão democrática e participativa da escola pública tem por finalidade a garantia da qualidade da educação, o processo de ensino-aprendizagem deve ser prioridade de toda gestão escolar. Sendo o supervisor escolar especialista responsável pelo acompanhamento pedagógico e formação docente, destaca-se a importância de seu papel na gestão escolar.

4 | A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SUPERVISOR

Mesmo com as dificuldades de conceituar a supervisão escolar, é importante perceber que o significado último da supervisão é oferecer orientação e assistência aos professores, nas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia da escola. Supervisor e corpo docente devem manter um relacionamento de respeito e colaboração mútua.

Vale ressaltar que o exercício docente não é atribuição específica do professor. Os profissionais extraclasse estão inseridos na concepção de docência admitida pela

LDB, assim como o exercício da docência é pré-requisito à formação dos profissionais.

Observa-se que, assim como na indústria e no comércio, a educação, precisamente a organização da escola, se rende às demandas do mercado. Se anteriormente o taylorismo era aplicado à organização da escola, assim também o Parecer do Curso de Pedagogia nº 252/69, ao admitir as habilitações, fragmenta o trabalho tornando a especialização essencial. Atualmente as Novas Diretrizes defendem a formação docente em base comum, buscando o multiprofissional como requer a sociedade capitalista.

A constituição do supervisor escolar necessita de ampla formação, pois sua atuação implica o domínio de conhecimentos de didática, metodologia do ensino e de psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. É importante também o embasamento crítico oferecido pelas disciplinas de Filosofia, Sociologia e História da Educação, assim como o conhecimento das leis que regem a educação e a estrutura e funcionamento do ensino. Todo esse conhecimento é parte de conteúdos ministrados nas disciplinas do Curso de Graduação de Pedagogia, por isso defende-se que a Supervisão Escolar seja exercida por um Pedagogo.

O supervisor é alguém que vê, olha, contempla. Alguém consciente, acordado, atento. A visão, porém, pensada de forma ampla, contempla todo o processo educativo. Supervisionar implica compreender a abrangência da educação em uma amplitude global. O profissional se constitui pela forma de agir, e, na ação concreta, tem-se a essência da formação do profissional.

Assim, o supervisor sabe planejar e executar a obra educativa, levando em consideração não somente a instrução, mas a Educação, para tanto, é portador de Curso Superior em Pedagogia, com formação comum de docência, com habilitação em Supervisão Educacional ou Supervisão Escolar, ou ainda em nível de Pós-graduação, com aperfeiçoamento da especificidade de suas atribuições.

5 | O SUPERVISOR ESCOLAR E A CONTINUIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA

De acordo com a Lei nº. 9394/96, no Título II – dos Princípios e Fins da Educação Nacional, art. 2º diz: “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade [...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, destaca ainda, no art. 3º, onze (11) princípios norteadores do ensino.

A LDB esclarece o rumo que gestores, professores e demais técnicos responsáveis pela escola devem seguir. “Percebe-se, portanto, a necessidade da prática profissional da supervisão educacional como um trabalho de coordenação e “controle” da prática educativa, a fim de assegurar os princípios e as finalidades da educação [...]” (FERREIRA, 2010, p.86)

Segundo Rangel citada por Ferreira (2010), percebe-se a supervisão educacional

como prática do educador “comprometido com o significado e as implicações sociopolíticas da educação”.

Ainda segundo Ferreira (2010, p.89), além de estudar sempre e continuamente, individual e coletivamente, os princípios e fins da educação devem ser os objetivos desse profissional, além dos seguintes conteúdos,

de política- coordenação, implementação, pesquisa de subsídios para desenvolvimento de novas políticas compatíveis com a realidade da comunidade; planejamento- coordenação, construção, elaboração coletiva do projeto educacional e constante atenção para seu desenvolvimento e reconstruções; gestão- coordenação de todo o projeto educacional, desenvolvimento das políticas, avaliação, planejamento e trabalho coletivo; avaliação- processo de acompanhamento: análise e julgamento das práticas educativas.

Na abordagem reflexiva, Alarcão (2010) vê o profissional da supervisão como alguém que faz parte do coletivo e se responsabiliza pela organização, gerência e avaliação da formação dos recursos humanos, tendo como meta a melhoria da qualidade do ensino. “Pretendo que ele seja uma peça vital numa escola como organização que aprende ao longo de sua vida, porque sabe interpretar sua história passada, ler sua realidade presente e planificar seu futuro na flexibilidade [...]”. (ALARCÃO, 2010, p.52)

Compreende-se que, na interpretação da abordagem reflexiva de Alarcão (2010), há o critério de continuidade da ação supervisora para que o profissional possa estabelecer elos entre passado e presente, com vistas em planejamento do futuro.

Saviani (2013, p.109) cita, como um dos grandes desafios da ação pedagógica, a descontinuidade:

[...] nossas iniciativas em educação pecam por uma extrema descontinuidade, [...] entra em contradição com modos e características próprias da atividade educacional, com uma das características que se insere na natureza e especificidade da educação, que é a exigência de um trabalho que tenha continuidade, que dure um tempo suficiente para provocar um resultado irreversível.

O autor acrescenta ainda que os objetivos da educação são alcançados, ao atingimento do ponto da irreversibilidade. Desse modo, cabe, ao supervisor escolar, dentre outras atribuições, o acompanhamento ao planejamento educacional e a avaliação do desenvolvimento e necessárias reconstruções.

As ações educativas, campanhas e planos de educação tendem ao fracasso por serem descontínuos, e não duram tempo suficiente para atingir a irreversibilidade. Assim como o indivíduo que inicia o processo de alfabetização necessita de tempo suficiente para fixar as habilidades básicas, é indispensável, no trabalho pedagógico das escolas, planejamento contínuo, com avaliações do processo e dos resultados, corrigidas, caso necessário, mas que haja continuidade até que se criem situações irreversíveis.

As atuais políticas educacionais discutem cotidianamente a constituição do professor exigindo “formação continuada”, de acordo com a LDB. Na mesma medida, é

exigida constante atualização do supervisor escolar, profissional que, com o professor, responsabiliza-se pela ação educativa da escola. Das atribuições do supervisor, dá-se ênfase à ação supervisora como corresponsável pela formação do professor, capaz de coordenar o coletivo e promover a integração.

Alarcão (*apud* Rangel, 2005), enfoca a supervisão componente da formação de professores, à medida que, fazendo parte do coletivo, coordena estudos em grupo, atua como articulador da prática e teoria e empenha-se sempre na qualidade do processo educativo. A abordagem reflexiva acredita no supervisor integrado, parte do coletivo da escola, capaz de gerar e avaliar a formação de recursos humanos, com vistas à melhoria qualitativa da educação.

Desse modo, deixa-se, para o passado, o supervisor escolar fiscalizador e controlador e encara-se a supervisão, em dimensão mais ampla, colocando-a na posição de pesquisadora e investigadora, a qual adquire cada vez mais importância na organização da ação educativa.

Althusser (*apud* Saviani, 2013) vê a escola como aparelho ideológico que, pela proposição cotidiana de ideias, é capaz de reproduzir as relações de poder, que podem ser de consenso ou de mudança, a depender da filosofia adotada pela escola, no projeto-político-pedagógico. Porém, sejam quais forem as ideias, elas necessitam de sistematicidade, o que sugere trabalho diário até atingimento da irreversibilidade.

As políticas públicas de educação têm falhado porque não duram o tempo suficiente para assegurar a aprendizagem. Em alguns projetos ocorre o aligeiramento dos conteúdos, na tentativa de dar, à educação escolar, estatísticas de quantidade e corrigir as distorções idade/série, não conseguindo garantir, ao aluno, a aprendizagem que permita continuidade dos estudos. A precipitação das medidas e mudanças ocorrem sempre quando das alterações do quadro político.

Mello (2000) defende em suas pesquisas, a ideia de que a aprendizagem do aluno é influenciada pelo tempo de experiência que a escola tem, com uma equipe pedagógica razoavelmente estável. Portanto, é importante por parte da supervisão, o acompanhamento constante, da elaboração do planejamento, a aplicabilidade, sistemáticas avaliações, ajustes necessários, tudo visando ao processo de ensino-aprendizagem satisfatório.

6 | CONCLUSÃO

A concepção de outrora, do supervisor controlador e fiscalizador, cede lugar ao pesquisador, orientador participativo inserido no coletivo e aliado do professor. A supervisão escolar é vista não mais como ações criticadas e questionadas, mas como contribuição específica ao processo educativo.

Defende-se aqui a escola como instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado. A aprendizagem é a apropriação de saber, do conhecimento

adquirido e produzido pelo conjunto dos homens, ao longo de sua História, com objetivos determinados pelas necessidades humanas. À escola cabe relevante papel na sociedade: empenhar-se na garantia da equidade social.

Do professor espera-se uma atuação mediadora de uma aprendizagem significativa e, do supervisor, o papel de mediador e facilitador na transformação do ambiente escolar, buscando adaptar o currículo à comunidade articulando teoria e prática, vislumbrando, com isso, o crescimento integral do aluno e sua formação intelectual.

No entanto, para a escola se tornar um ambiente reflexivo, é preciso que aqueles dirigentes responsáveis por sua propagação, fundamentem-se teoricamente com responsabilidade e propriedade, fazendo da escola ambiente saudável, estimulante, equipado e atualizado. Que a escola e as políticas de educação não sejam usadas como assistencialistas, com fins eleitoreiros e sim tenham uma preocupação genuína em construir o indivíduo com conhecimentos intelectuais, virtudes e valores humanos.

Verifica-se pela pesquisa, a necessidade do rigor de planejamento, acompanhamento e avaliação dos programas educacionais a fim de garantir o desenvolvimento do verdadeiro processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, o supervisor escolar torna-se “mediador”, à medida que articula os Projetos Pedagógicos com o coletivo de professores e gestores, capaz de propagar educação satisfatória, já que está fundamentado pela profissão e atribuições a proporcionar constante atualização do ensino e estudos em grupo, periódicas interações com alunos e sua família, mediante audição de suas necessidades, curiosidades e anseios.

Para tal intuito é imprescindível ao supervisor escolar ter ampla formação e, mesmo sendo pedagogo como se defende neste trabalho, deve ser “especialista”, no sentido de ser “profundo conhecedor” do trabalho. Entende-se que só a formação em Curso de Graduação em Pedagogia não seja suficiente para “aparelhar” o supervisor escolar, justamente por ele ser necessário à escola comprometida com a “mudança”. O profissional deve ter conhecimentos transdisciplinar, e se aperfeiçoar sempre nas especificidades de suas atribuições.

Nessa perspectiva, o supervisor escolar é o profissional que, na divisão do trabalho da escola, é corresponsável pelo processo educativo. Com começo, meio e fim. Em educação, podem-se substituir tais palavras por planejamento, acompanhamento e avaliação.

Defende-se o supervisor escolar na escola, como articulador principal entre professores e gestores, capaz de zelar pela continuidade da ação educativa.

Na ação supervisora, reflexiva, ativa, atualizada, compartilhada, responsável e habilitada do supervisor escolar, processam-se as orientações e a continuidade das ações educativas.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- CARDOSO, Heloísa. Supervisão: um exercício de democracia ou de autoritarismo? In: ALVES, Nilda (coord). **Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CAVAGNARI, Luzia. **O diretor e a Constituição das equipes pedagógicas das primeiras escolas normais na região dos Campos Gerais/Paraná**. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em 30 de dezembro de 2006.
- FERREIRA, N. S. C (Org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIMA, Elma. Um olhar sobre a supervisão. In: RANGEL, Mary (org.). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 8ª. ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- RANGEL, Mary (org). **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 8ª. ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação e Democracia: Polêmicas do nosso tempo**. 29ª. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.
- _____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11ª. ed. Campinas: Autores associados, 2013.
- _____. **Educação e Questões da Atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991.
- _____. **Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 15ª ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- _____. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela **mediação da idéia**. In: FERREIRA, Naura Syria (org.). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. São Paulo: Cortez, 1999 .pp. 13-38.
- SILVA JUNIOR, Celestino Alves. **Supervisão em educação: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva**. 1984
- SILVA, Teresa. Formação do Educador: aspectos teóricos. In: ALVES, Nilda. **Educação e Supervisão: O trabalho coletivo na escola**. 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- VILLAS BOAS, Maria Violeta. A prática da supervisão. In: ALVES, Nilda. **Educação e Supervisão: O trabalho coletivo na escola**. 11ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRASIL, Decreto Lei nº. 19890 de 18/04/1931. Reforma Francisco Campos. Estabelece normas para inspeção federal, cria a carreira de inspetor e organiza a estrutura do sistema de inspeção das escolas.
- _____. Lei nº. 5692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. LDB, Lei nº. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 252/69.
Organizou os cursos de Pedagogia.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-297-5

